3

DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 06 DE NOVEMBRO DE 2006.*** Aos seis dias do mês de outubro do ano dois mil e seis, no Plenário da Câmara Municipal de Agudo, realizou-se a trigésima sessão plenária ordinária do ano. Presentes os Vereadores CARLITO SCHIEFELBEIN (PSDB), CLAUDETE HOFFMANN (PDT), DÁRIO GEIS (PFL), ISMAEL MÜLLER (PP), MÁRCIO HALBERSTADT (PDT), NALDO KILLIAN (PMDB), PEDRO Às vinte horas e trinta minutos, após verificar a existência de quorum legal para tal, o senhor Presidente, Vereador MÁRCIO HALBERSTADT, declarou instalada a sessão. Em votação, a ata número 43/2006 foi aprovada por unanimidade de votos. Das correspondências recebidas foram lidas as protocoladas sob os números 455/2006, 457/2006, 463/2006, 464/2006 e 466/2006. Das correspondências expedidas nenhuma foi lida. A seguir, foram apresentados o Projeto de Lei número 34/2006-E e as Indicações números 270/2006 a 271/2006. No PEQUENO EXPEDIENTE o Vereador DÁRIO GEIS disse que o Corpo de Bombeiros não soube informar em que dias Aqudo teria os seus serviços à disposição, informação que considerou importante para a população; disse que o trator de esteira da Patrulha Agrícola estava quebrado em uma cidade vizinha e que seus serviços somente ocorreriam se fossem contratados os serviços de uma empresa privada para realizá-los; disse que estavam aparecendo placas ridicularizando a situação de algumas vias da cidade e do interior, dadas as péssimas condições em que algumas se encontravam; disse que estava havendo falta de respeito no atendimento aos contribuintes em algumas Secretarias, já que vinha havendo falta de educação e de sinceridade, o que fazia as pessoas voltarem várias vezes para procurarem atendimento; em comunicação urgente da liderança do PFL, o Vereador DÁRIO GEIS disse que sabia da competência dos Secretários e da dificuldade para realizar os serviços, mas que a população devia ser tratada com respeito; disse que uma parceria entre o município e a CORSAN resultou em uma substituição de canos nas imediações da Escola Willy Roos, sem que tivesse havido, até então, o fechamento do buraco que lá foi aberto, cabendo ao município sua abertura e seu fechamento; o Vereador ISMAEL MÜLLER lamentou o estado em que se encontravam as estradas dizendo que sua situação poderia estar melhor, apesar da situação do tempo, e falou sobre a necessidade de patrolamento da Travessa Júlio Neujorks, que foi esquecido; disse que, em época de campanha eleitoral, os Deputados visitavam as comunidades para consequir votos mas, depois da eleição, eles respondiam negativamente aos pedidos de ajuda da comunidade justificando que não era esse o momento adequado; disse que a função dos Vereadores era apresentar os pedidos e que, caso eles não fossem atendidos, não era responsabilidade dos parlamentares, e que os Vereadores vinham trabalhando e que, com o tempo, o Executivo executaria os serviços solicitados; o Vereador NALDO KILLIAN disse que havia um poste prestes a cair nas imediações da Escola Paraíso da Criança, questão que levaria a CRT, empresa responsável pelo mesmo, e que as chuvas prejudicaram os serviços de patrolamento em vias do interior e da cidade: disse que no dia cinco de dezembro seriam abertas as propostas para aquisição de equipamentos rodoviários pelo município, o que resultaria em melhorias nas estradas do município; disse que os equipamentos que seriam adquiridos eram uma escavadeira hidráulica, uma retroescavadeira, um caminhão com caçamba e um rolo compactador e que eles estariam à disposição até o final de janeiro seguinte; o Vereador PEDRO DE LIMA falou

....

sobre a necessidade de realização de melhorias no acesso a uma propriedade de Porto Agudo e de realização de limpeza de várias bocas-de-lobo da cidade, problema que era necessário resolver também no Cerro dos Camargo e em Porto Agudo; falou sobre a necessidade de recuperação de vias de Várzea do Agudo e Porto Alves, com limpeza de bocas-de-lobo e de colocação de cascalho em alguns trechos; disse que não haveria, no mês corrente, pessoal para atuar no caminhão do Corpo de Bombeiros e que esse problema tendia a agravar-se; o Vereador SANDRO GOLTZ disse que as chuvas fizeram o Executivo receber muitas reivindicações de recuperação de estradas, que o atendimento no posto de saúde do interior ficaria prejudicado devido ao período de férias do médico e que a greve de médicos que estava ocorrendo em Santa Maria também prejudicaria o atendimento dos agudenses; disse que a empresa Vision Calçados vinha atuando na Rua Capitão Gama porque o prédio da Avenida Tiradentes era menor e não comportava o número de total de funcionários que ela possuía: disse que isso ocorreu também devido às negociações de fornecimento para outras empresas e que, no início do ano seguinte, o prédio locado pelo município seria usado para treinamento de novos funcionários; o Vereador VILSON DIAS disse que não ficou convencido com a explicação do Líder de Governo para o caso da empresa Vision Calçados, pois o que ele havia cobrado na sessão anterior foi o cumprimento daquilo que foi autorizado pela Câmara Municipal e daquilo com o que aquela empresa se havia comprometido; disse que o uso do prédio da Avenida Tirandentes só ocorreria seis meses depois da autorização, período no qual o município vinha pagando o aluguel do prédio; disse que tal situação estava errada e que, por isto, os Vereadores foram ludibriados e que ele não seria conivente com aquela situação; o Vereador CARLITO SCHIEFELBEIN disse que as fortes chuvas que ocorreram danificaram as estradas, problema que a administração anterior também enfrentou, como as críticas do ex-Vereador Ari Alves Anunciação; disse que o senhor Prefeito havia informado que as estradas do interior estavam sessenta por cento melhores do que no período da administração anterior, informação que contestou dizendo que, com apenas duas chuvas, vias de várias localidades passaram a ter muitos problemas porque já estavam precárias; disse que, na época em que o Vereador DÁRIO GEIS foi Diretor de Obras do Interior, as estradas estavam bem melhores; manifestou preocupação com o funcionamento insatisfatório da Secretaria da Saúde quanto aos encaminhamentos para atendimento em outros municípios, já que os munícipes não recebiam as informações necessárias, e com a iminente falta de médico na Picada do Rio e a falta de contrato com que os profissionais médicos lá estavam atuando; disse que isso mostrava que a administração do senhor Ari Alves Anunciação considerava-se acima das leis e que Sua Excelência não gostava de respeitá-las; disse que o Executivo estava à espera da entrega do larviscida de combate ao mosquito "borrachudo", o que deveria ter ocorrido em julho, o que demonstrava a indiferença da administração com o sofrimento da população; a Vereadora CLAUDETE HOFFMANN disse que estava por ocorrer a operação "Agudo Limpo" que visava recolher o lixo que se encontrava nas vias, terrenos e arroios; falou sobre a necessidade de o Poder Executivo exigir a instalação de recipientes de coleta de lixo nos veículos que realizavam o transporte escolar e levar esclarecimentos aos alunos sobre a necessidade de preservar o meio ambiente coletando o lixo; disse que o senhor Prefeito acolheu a sugestão dos Vereadores de retirada da proposição que tratava da Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano seguinte, pois seu prazo de tramitação estava por

esgotar-se, o que impediria que fosse apreciada a proposição de alterações no Plano Plurianual; disse que sugeriu ao senhor Prefeito alterações naquela proposição, já que os recursos previstos para várias despesas administrativas eram insuficientes. O espaço da TRIBUNA LIVRE foi ocupado pelo senhor Paulo Augusto Wilhelm que falou sobre o tema "Unificação das cooperativas agrícolas de Agudo". No espaço do GRANDE EXPEDIENTE o Vereador CARLITO SCHIEFELBEIN abriu mão de sua inscrição; o Vereador VILSON DIAS disse que estava satisfeito com a atuação dos Deputados nos quais votou, sendo eles Luiz Carlos Heinze e Adolfo Brito, pois ambos estavam dando atenção a Agudo, o primeiro tendo voltado para agradecer pelos votos recebidos e o segundo participado de audiência que tratou da implantação do Ensino de Jovens e Adultos na Escola Willy Roos; disse que a audiência pública realizada pela Comissão de Finanças, Orçamento, Mérito e Serviços Públicos, apesar da reduzida presenca de munícipes, o debate contribuiu na apreciação das matérias em discussão, como as proposições de pavimentação de ruas e de Lei de Diretrizes Orçamentárias; disse que restou para ele a preocupação com a informação de que seriam construídas apenas duas quadras de calçamento por ano; manifestou sua surpresa com uma solicitação de fornecimento de uma cópia da gravação da sessão anterior e disse que seria levada ao Deputado José Otávio Germano para que Sua Excelência tomasse conhecimento da sua manifestação feita naquela oportunidade; disse que nada tinha a temer, que o solicitante já havia passado pela Casa, mas que a solicitação devia conter seu fato motivador: disse que tal atitude tinha o objetivo de intimidar os Vereadores e sugeriu que o solicitante requeresse também a gravação do programa Acontecências em que o comandante do Corpo de Bombeiros deixou transparecer que o ato de inauguração de seu prédio em Agudo tinha cunho político; disse que a casa que sofreu com o sinistro era de uma pessoa humilde e questionou se haveria aquela solicitação se o prédio atingido fosse de uma pessoa rica; disse que nunca se omitiu, que não era covarde e que o papel dos Vereadores não era apenas pedir patrolamentos, mas também debater sobre os vários problemas que atingiam a comunidade: disse que sempre trabalhou pelo Deputado José Otávio Germano e, nesse período, aprendeu a conhecê-lo, o que o fez mudar seu apoio para o Deputado Luiz Carlos Heinze. No espaço da ORDEM DO DIA tramitava o Parecer número 26/2006, da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, sobre o Projeto de Lei número 27/2006-E. Em Discussão Especial sobre o Parecer número 26/2006, da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, o Vereador CARLITO SCHIEFELBEIN disse que a matéria objeto do Parecer pretendia revogar a lei que tratava do Controle Interno; disse que o Controle não vinha funcionando e que a sua Central era composta por pessoas muito próximas ou aliadas do senhor Prefeito Municipal, inclusive Secretários Municipais; questionou como poderia a Central do Controle Interno, sendo composta por membros indicados pelo senhor Prefeito, vistoriar ou investigar trabalhos da Câmara Municipal, já que tal situação infringiria o princípio da independência dos poderes; disse que a proposição não incluía a Câmara Municipal no Controle Interno, apenas regulamentava que o Presidente da Câmara assinaria, depois de aprovadas, as propostas da Central do Controle Interno; disse que isso não seria possível, já que a Câmara não fazia parte do Controle Interno, e que ela deveria criar o seu próprio Controle; disse que, por isso, a proposição era inconstitucional e que a lei vigente sobre o tema era excelente, mas que devia ser colocada em prática; o Vereador SANDRO GOLTZ

ATA N.º 44/2006

disse que a proposição objeto do Parecer era constitucional, já que o Instituto Gamma de Assessoria aos Municípios não apontou as inconstitucionalidades levantadas pelo relator da proposição; disse que a existência de órgãos setoriais do Controle Interno não era matéria constitucional e que o apontamento de equívocos na redação não eram suficientes para considerá-la inconstitucional; disse que o Controle Interno, como proposto, não feria o princípio da independência entre os poderes, já que as decisões do Controle, para tornaremse normas, deviam ser aprovadas pelos seus respectivos chefes: o Vereador VILSON DIAS disse que não existiam as inconstitucionalidades apontadas pelo relator e que os Vereadores deviam votar a matéria de modo isento; disse que a rejeição do Parecer levaria a proposição à votação na sessão seguinte e pediu que os Vereadores votassem contra o parecer para que a proposição fossem discutida e votada na próxima sessão; a Vereadora CLAUDETE HOFFMANN disse que o Instituto Gamma de Assessoria aos Municípios apresentou seu parecer sobre a proposição e sugeriu que não fossem apresentadas emendas à matéria, como pretendia fazer ela reduzindo os valores percebidos pelos membros da Central do Controle Interno, já que a proposição era de iniciativa do Poder Executivo; disse que a diferença entre a proposição e a lei vigente era a exclusão dos representantes dos órgãos setoriais e que isso feria a moralidade e a transparência, mas não considerava-a matéria inconstitucional e nem o Instituto o considerava assim; em votação, o Parecer número 26/2006, da Comissão de Constituição, Legislação e Justica, foi rejeitado por cinco votos contrários e três favoráveis - os dos Vereadores CARLITO SCHIEFELBEIN, DÁRIO GEIS e ISMAEL MÜLLER. No espaço da **PAUTA** tramitava, em Discussão Preliminar, o Projeto de Lei número 34/2006-E, quando nenhum Vereador manifestou-se. No espaço das EXPLICAÇÕES PESSOAIS o Vereador ISMAEL MÜLLER disse que os Vereadores vinham sendo "feitos de bobos" por parte de alguns setores do Executivo, já que neles os Secretários muitas vezes seguer os atendiam, e que não era contra as indicações e que elas eram feitas, mas os Vereadores não as viam atendidas; disse que não adiantava apresentar indicações, porque a maioria delas não era atendida, o que fazia diminuir o número de indicações, apesar do número de pedidos da comunidade; disse que o novo abrigo construído no ponto de parada de ônibus existente defronte à loja Herval não abrigava as pessoas, já que a antiga, naquela manhã, havia abrigado várias pessoas, enquanto nenhuma abrigou-se na nova; questionou por que havia dois abrigos naquele ponto, já que os Vereadores vinham pedindo a construção de abrigos em outros locais e ali já havia uma; o Vereador CARLITO SCHIEFELBEIN disse que ficou surpreso com a rejeição do seu Parecer sobre a proposição do Controle Interno; disse que a proposição previa que os membros do Controle Interno seriam escolhidos pelo senhor Prefeito e questionou de que forma a Câmara Municipal sujeitar-se-ia a um Controle cujos membros eram nomeados por Sua Excelência, dizendo que isso feria o princípio da independência entre os poderes; disse que as normas do Controle Interno seriam aprovadas pelo Prefeito Municipal e implantadas nos diversos órgãos da Prefeitura, não dispondo sobre o caso da Câmara Municipal, e que havia mais inconstitucionalidades na proposição; o Vereador NALDO KILLIAN agradeceu à Secretaria de Obras pela realização de recuperação da pinguela existente na Vila Caiçara e disse que a chuva prejudicou as condições de tráfego das estradas de Porto Alves e da Volta do Porto Agudo; disse que um Vereador vinha acusando o senhor Prefeito de estar atuando com ilegalidades e que, se esse fosse o caso,

era necessário denunciar o caso à Justiça, questão que acompanharia; a Vereadora CLAUDETE HOFFMANN disse que era contra a exclusão dos órgãos setoriais da proposição que tratava do Controle Interno, que cabia ao Poder Executivo nomear os membros do Controle e que três pessoas não conseguiriam fazer o seu trabalho; manifestou satisfação com a notícia de que o governo federal liberou dois milhões de reais para estados e município para compensar as perdas com a Lei Kandir; o Vereador VILSON DIAS disse que o senhor Prefeito mostrou-se irredutível em relação às propostas dos Vereadores para modificar a proposição do Controle Interno e que os Vereadores poderiam derrubá-la na votação, o que o fez tomar posição contrária ao parecer da Comissão de Justiça sobre o tema; disse que era necessário economizar em outros setores para priorizar a recuperação das vias do município visando dar condições de trabalho aos produtores de fumo e de arroz. Em comunicação urgente da lideranca do PSDB, o Vereador CARLITO SCHIEFELBEIN disse que o povo colocava alguns Vereadores na oposição para denunciar o que estava errado; disse que um servidor da administração anterior foi levado a responder na Justiça por causa de sucata de pneus e que havia uma pessoa que saía da Secretaria de Obras com óleo queimado, mas que não tinha por regra fazer denunciar, como se fazia antes; disse que a administração municipal tinha dificuldades na execução de serviços, o que era provado com o envio de projetos de lei que alteravam leis que sequer haviam sido aprovadas; disse que a proposição da Contribuição de Custeio da Iluminação Pública faria o município arrecadar cem mil reais a mais que poderiam fazer falta caso o Legislativo passasse a ser implacável na exigência do cumprimento da lei, já que aquela proposição continha ilegalidades. O senhor Presidente disse que, no dia anterior, foi lançado o livro "A história de muita gente", pela Associação dos Fumicultores do Brasil, no qual o senhor Marcílio Drescher realizou palestra que levou os presentes a refletir sobre a situação da cultura do fumo e também sobre a falta de incentivos do Poder Executivo municipal para os agricultores; disse que o custo de produção do fumo estava aumentando em relação à renda obtida; disse que as pessoas que assinaram a Convenção Quadro não sabiam o que representava o fumo para o país, pois sessenta e dois por cento do preço do fumo representava tributos e pretendia-se acabar com essa fonte de receita. Em comunicação urgente da liderança do PDT, o Vereador PEDRO DE LIMA disse que um Telefonista esteve atuando como Guarda de Escola, o que mostrava que seguidamente estava havendo desvios de função; disse que votou pela rejeição do parecer da Comissão de Justiça mas que votaria contra a proposição do Controle Interno; disse que o caminhão do Corpo de Bombeiro era uma sucata que foi usada politicamente pelo Deputado José Otávio Germano e que ele não deixou pessoal para nele atuar; disse que, na casa que incendiou, havia crianças que poderiam ter sido perdidas, questão que devia ter sido levada em conta pela pessoa que requereu cópia da ata da sessão anterior. Em comunicação urgente da liderança do PMDB, o Vereador SANDRO GOLTZ convidou para o Seminário de Estudo de Alternativas de Renda para o município, evento que discutiria sobre as cadeias produtivas que seriam priorizadas e fortalecidas no município. Em comunicação urgente da liderança do PP, o Vereador ISMAEL MÜLLER disse que procurou Deputados de seu partido para solucionar problemas de uma família de Agudo mas que não foi atendido, situação que faria ele pensar melhor, na eleição seguinte, sobre quais candidatos a Deputado apoiar. Após, o senhor Presidente convocou os senhores Vereadores para a sessão ordinária seguinte.

ATA N.º 44/2006

6

3

• • • • •